

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COPPE/UFRJ, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2006.

Presentes

Membros do Conselho Deliberativo

Representantes da Diretoria

Angela Uller, Fernando Alves Rochinha

Representantes Docentes

Amaranto Lopes Pereira, Roberto Bartholo, Antonio McDowell de Figueiredo, Marcelo Neves, Laura Goretti.

Representantes dos Programas

Frederico Jandre, Ney Roitiman, Eduardo Gomes Dutra do Carmo, Luiz Fernando Loureiro Legey, Alberto Gabbay Canen, Tito Lívio Moitinho Alves, Guilherme Horta Travassos.

Representantes dos Funcionários Técnicos e Administrativos

Denise da Silva e Souza, Izolinda Clemente, Júlio d'Assunção

Ausências Justificadas

Marilita Braga, Carlos Nassi, Luiz Almeida.

Ata da reunião do dia 03 de outubro de 2006, aprovada sem alterações.

EXPEDIENTE

Infraestrutura – I2000

Prof. Guilherme – registrou sua preocupação com relação a infraestrutura das instalações elétricas do I-2000. Sabe que a COPPE tem envidado vários esforços na sua manutenção, mas sugeriu que seja feita uma avaliação criteriosa.

Comentou que vários problemas vem afetando a sala I - 246 e o Laboratório do PET. Ao longo dos anos, tem ocorrido significativa perda de equipamentos devido as falhas na alimentação de energia e aterramento. Várias intervenções têm sido realizadas, muitas vezes sem conhecimento, alterando todas as instalações elétricas principalmente o sistema de aterramento. Todo o investimento realizado pelo Programa tem sido perdido constantemente. Em recente episódio,

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

onde foi feito acompanhamento da equipe de manutenção (que foi bastante competente e tiveram grande empenho em resolver o problema) foi possível observar que o cabo de aterramento do I-246 foi cortado e ligado de forma indevida em canaleta metálica no subsolo. O sistema de aterramento foi transferido para outro laboratório. Não se conseguiu identificar o motivo. Sem contar o estado de conservação ruim que se encontra o subsolo, com muito lixo acumulado e áreas sem qualquer tipo de beneficiamento ou limpeza. Ficou preocupado com a deteriorização do subsolo.

Profa. Angela – observou que realmente a COPPE tem se empenhado em manter o máximo da sua infraestrutura em funcionamento. Mas, essa é uma parte em que a Decania deve se empenhar em fazer uma séria intervenção. Não se pode inverter a ordem.

Sr. Júlio – sugeriu ao prof. Guilherme que enviasse um comunicado formal à Decania, deixando-a a par de tudo.

Prof. Legey – comentou que realmente a Decania tem a principal responsabilidade, mas que cada um por si, não funciona. Para que não haja um processo de desfragmentação, os Diretores deveriam se reunir para alertar sobre o problema, tentando resolve-los antes que os equipamentos queimem.

Prof. Bartholo – observou que há um processo de poderes locais dos laboratórios, tornando-se províncias rebeldes. Não é contra a forma, mas devemos encontrar maneiras de rever o modo institucional, criando uma aproximação maior com a Decania.

Prof. Figueiredo – disse que há um aspecto técnico e gerencial: temos a COPPE, a Escola de Química e a Politécnica, que necessitam ter uma articulação conjunta para ter um comando único. Há muitas cabeças autônomas sem ter um comando geral. Lembrou que não há uma documentação técnica e esses problemas foram se agravando ao longo do tempo. Tem que ter poder de polícia, mas com capacidade técnica.

Eleições

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

Prof. Marcelo – lembrou que as eleições para Representantes CEG, CEPG, CONSUNI terminam amanhã.

Prof. Associado

Prof. Rochinha – comentou que foram homologadas 140 avaliações correspondentes a professor associado, com exceção de 10 que não foram atendidas, pois eram aqueles casos em que os docentes não haviam completado dois anos até 1o de maio de 2006. A Comissão da área 3 não aceitou promoções de avaliações além de associado 1. Esse processo foi construído pelas quatro Unidades do CT e comandado pela Decania.

Prof. Legey – comentou que participou da Comissão 3 e acha que os critérios estavam razoavelmente estabelecidos, apesar das conturbações, foi feito com seriedade.

ORDEM DO DIA

I. Homologações

Homologado o resultado do Concurso Público para Professor Adjunto, Área de Energia e Meio Ambiente do Programa de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ, onde o candidato Marco Aurélio dos Santos foi indicado para ocupar a vaga, objeto do concurso. Em votação: aprovado por unanimidade.

Homologado o relatório da Comissão de Avaliação para Progressão Horizontal do Prof. Júlio César Ramalho Cyrino do Programa de Engenharia Oceânica. Categoria: Adjunto III para Adjunto IV. Período: 01/07/1999 a 30/06/2006. Em votação: aprovado por unanimidade.

II. Internet – Normas para o uso da Lista

Prof. Bartholo – pediu para que o prof. Marcelo Neves, Presidente da

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

Comissão de Planejamento de Desenvolvimento do CD, se manifestasse a respeito do levantamento solicitado.

Prof. Marcelo Neves – observou que por manifestação em reunião anterior, foi feito contato com a Comissão de Legislação e Normas, trazendo material comparativo com relação ao que acontece em outras Instituições. Disse que o momento é de tomada de opiniões e proposições. Abriu ao plenário essas discussões.

Prof. Amaranto – comentou que a Comissão não se reuniu em tempo hábil, e, portanto, não houve deliberação explícita. De qualquer forma o prof. Guilherme fez um apanhado geral. Na sua opinião, não há dúvida que esse Conselho tem sua vocação deliberativa, explícitas no seu Regimento. De maneira que esse assunto foi trazido para esse Conselho e se viu na obrigação de dar andamento as observações feitas naquela ocasião. Pessoalmente, observa que esse assunto é um problema eminentemente administrativo. A COPPE tem o Conselho de Coordenação, que trata de todos os problemas dessa natureza. E já há elementos que poderiam subsidiar o Conselho de Coordenação. De qualquer maneira, o Conselho Deliberativo não é um fórum, tem normas específicas no seu Regimento. O Conselho Deliberativo precisa se preocupar com o futuro da COPPE. Nós não deveríamos nos ater a problemas que são eminentemente de ordem administrativa. Esse é a sua observação pessoal.

Prof. Guilherme – não fala em nome da Comissão e sim como representante, em troca de idéias a essa questão. O material pode ser utilizado pela Comissão, como um direcionamento institucional e não para administrar a rede. Prefere se abstrair do uso da lista e sim se posicionar pelo uso da estrutura de Tecnologia da Informação, onde a lista seria mais uma facilidade. Acredita que o CD possa direcionar e utilizar as informações aqui colocadas sob ponto de vista administrativo, e repassar para o CC. Entrou em contato com Instituições que vêm se preocupando com o assunto em questão, PUC – UFMG – UFF. Buscou, também, informações na própria COPPE, na própria lista de usuários que já tem um conjunto de regras, material suficiente na indústria em geral.

Sua preocupação: qualquer atividade ou ato que é identificado como

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

ilícito, e que saia com nome da organização, ela passa a ser co-responsável. Na iniciativa privada, isso vem sendo considerado como justificativa para demissão por justa causa, existindo jurisprudência também para autorizar o rastreamento das informações pela organização. O CD necessita dar balizamento para resguardar a COPPE de futuros problemas, adotando diretrizes com sanções, criando normas para se permita justificar a abertura de um processo interno. Em linhas gerais, todos reforçam muito a idéia da educação do usuário. Se existe jurisprudência, a organização deve e pode se resguardar de problemas.

Prof. Amaranto – entende a forma de definição na qual a responsabilidade deveria ter a Instituição. Quem fala pela Instituição não é o CD. Quem fala é a Diretora da COPPE. Nós tivemos que abraçar essa causa por que o prof. Galvão se dirigiu ao CD. Ele deveria ter se dirigido a Diretoria da COPPE, apesar de não invalidar a posição que tomou o Presidente do CD. É o executivo quem cuida desse problema. Observou que do ponto de vista conceitual é uma tecnologia que deve ser controlada. A ação deveria ser direcionada para a parte executiva da Instituição. Não consta do Regimento como uma das atribuições do Conselho Deliberativo.

Sr. Julio – comentou que esse assunto vai transcender a questões administrativas. Vamos colocar os princípios: regras já aprovadas em 2005; o propósito da lista é servir de canal de comunicação entre o corpo social da instituição; o importante é nós sabermos que sempre há alguma forma de comunicação (jornais, corredores, etc). Temos que assumir esse papel de vanguarda. Nós temos que nos orgulhar desse meio de comunicação.

Prof. Figueiredo – comentou que o prof. Amaranto levantou a questão preliminar: o CD não trata de assuntos de natureza administrativa. É um problema complexo e passa para a questão de uso para fazer propaganda comercial. A definição é muito pouco precisa. Não pode ser usada para desclassificar pessoas ou usar termos ofensivos. Não há uma regra clara. Não há como definir. A questão do uso é de posicionamento político trazido pelo prof. Galvão. Mas não está muito claro. Há muita subjetividade. Essas normas e/ou diretrizes, devem ser educacionais. Na questão das empresas particulares é o uso

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

indevido da estrutura, pois é de uso produtivo. Aqui não se deve chegar a esse nível. Mas qual é o limite?

Prof. Bartholo – observou que para os ilícitos penais existe uma legislação geral, e é óbvio que estamos subordinados a ela. O que se discute aqui é um código de ética. Não devemos inventar legislação específica. Mas temos que ter um balizamento para ter uma ação executiva por parte da Diretoria. Acredita que o CD deve se posicionar a respeito, apesar de entender a concepção desse Conselho. Acha que não se trata de um problema estritamente administrativo e o nível decisório deve ser da Diretoria.

Profa. Angela – não gostaria de ser a moderadora desse assunto. A universidade é um lugar de livre discussão e troca de idéias, mas não deve passar dos limites.

Sr. Márcio – chama a atenção que é extremamente importante observar a questão jurídica. A internet é um meio apenas e nós somos vítimas do próprio sucesso. É complicado e difícil gerir a Rede, pois há 180 laboratórios com suas respectivas normas e/ou regras. Foram ministradas algumas palestras para o pessoal da ADC, demonstrando o bom uso da internet, através da coincientização educacional. Quando a questão foi levada às Coordenações, não foi bem acolhido.

Prof. Rochinha – a discussão está centrada no modo de utilização das listas. Esse é o problema menor. Crê, já que estamos fazendo uma reflexão inicial, num ambiente universitário típico, que os recursos utilizados são enormes, deve ser bem gerenciado. A abertura genérica deve ser pensada. A propriedade intelectual é outro problema. Também uma questão de reflexão é como se pode veicular mensagens de maneira segura na internet. Acha que existe também o uso indevido: músicas, filme. A Instituição deveria limitar aos elementos dispersivos. Deve haver uma discussão maior e não tomar apenas uma decisão preliminar.

Prof. Legey – é um assunto complexo, pois esse é um recurso poderoso. Devemos limitar educacionalmente, mas não fiscalizar. Devemos educar, informar como utilizar a internet, com o mínimo de

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

legislação e muito bom senso. Fez diversos comentários sobre a “liberdade de expressão”.

Prof. Guilherme – fez a leitura dos direcionamentos já estabelecidos. Lembrou que não defende a centralização de nada.

Prof. Farias – comentou que o dimensionamento do problema é importante. Acredita que a norma deve ser divulgada com mais empenho, lembrando ao usuário que ele é responsável pelas mensagens veiculadas. Duas sugestões que podem trazer alguma mudança, sem cerceamento.

Prof. Bartholo – comentou que dois caminhos devem ser considerados: um que não precisa de normatização e outro é continuar achando que precisa. O questionamento trazido pelo prof. Legey, sobre liberdade de expressão, como um direito humano, aponta nessa direção. Devemos ter um posicionamento e tem certas coisas que são intrínsecas a Instituição e é da sua natureza colocar normas educacionais. É desejável que o mínimo de diretrizes sejam estabelecidas para que possam embasar na esfera da COPPE as ações executivas. Coloca, então, nesse Conselho, o que deve ser discutido e ponderado.

Sr. Márcio – lembrou que a Instituição tem responsabilidade solidária por estar fornecendo o recurso. Questionou se esse Conselho acha que esse conjunto de diretrizes é desejável e se essa discussão deve ser mantida na esfera do CD.

Prof. Amaranto – disse que, evidentemente, é um defensor das normas e legislações, já que faz parte dessa Comissão. Tudo que é errado pode e deve ser corrigido, mas não devemos sobre-passar a Lei. Entretanto, quis manifestar o fato de ter sido trazido o problema da lista. A lista existente já disciplina a ação. Está de acordo que sejam re-envidados os procedimentos, que sejam capazes de ser um instrumento operacional da Diretoria da COPPE. Sendo assim, a Comissão de Legislação e Normas trará uma proposta em tempo oportuno.

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

Prof. Bartholo – observou que a Comissão de Planejamento e Desenvolvimento trará uma proposta, também, escutando os professores Legey e Angela.

Prof. Ney – pediu para que as regras da UFRJ sobre o assunto sejam encaminhadas aos membros do CD.

Prof. Marcelo – comentou que ficou bastante claro que a questão é complicada e, mesmo assim, vale a pena nos debruçarmos, mais uma vez, sobre o assunto, que será ponto de pauta para a próxima reunião.

III. Revisão das Normas CAD

Prof. Marcelo – disse que vários docentes se manifestaram, observando que as regras CAD atuais não estão mais retratando a dinâmica do corpo docente da COPPE. Comentou que a Comissão vem recebendo contribuições do prof. Geraldo Lippel, ex-Presidente da CAD, que já elaborou uma proposta. Convido-o para fazer uma apresentação.

Prof. Geraldo – observou que irá se ater a questão dos perfis (tabela em anexo). Fez um breve histórico das normas utilizadas atualmente. Lembrou que há uma nova categoria, a de Professor Associado, e que essa nova categoria nos traz a uma nova reflexão, com ampla discussão, e que nos faz repensar as regras CAD. Devemos refletir e rever esse momento e, na sua opinião, vários aspectos devem ser modificados. Colocou que houve várias reuniões sobre a defasagem (em 2002), com longa discussão e repercussão contrárias de diversos docentes.

Prof. Figueiredo – crê que essas normas passaram por mudanças de conceituação que incorporou basicamente a questão de orientações e a questão das atividades COPPETEC e algo em atividades de apoio. Desde então o que se tem sido feito são correções e não conceituações. Hoje começa a se ver uma integração com a graduação; a COPPE tem presença significativa extra-universitária; passa a ter no seu corpo docente, uma distribuição etária bem diferenciada. Crê que atualmente essa norma não reflete a

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

nossa realidade. Esta proposta é essencial e é a oportunidade de fazermos uma re-conceituação da atividade docente, pois ela extrapola a representação interna.

Profa. Suzana – observou que não há muito estímulo da Instituição na participação em atividades como fóruns internacionais, comissões envolvendo universidades do mundo todo, que na sua opinião, é um trabalho de extrema importância e tem peso para a Instituição. A COPPE deveria dar mais valor a esses tipos de participações e um esforço nesse sentido deveria ser considerado.

Prof. Marcelo – comentou que quantificar é extremamente complicado. As normas atuais são calculadas mesmo que as ponderações possam ser criticadas. A gente tem bastante clareza do que a COPPE quer. Precisamos, então, manter essa valoração e fazer o desafio que se produza mais. Há questões importantes que devem ser discutidas de forma clara e objetiva.

Prof. Rochinha – comentou que a questão é bastante complexa. A carreira docente, que foi se formando pelas múltiplas demandas, se tornou muito complicada. Desde a formulação dessa proposta, várias tentativas de rediscutir/reformular a carreira foram feitas, mais recentemente com levantamento da CAD, impactando com dos dados reais. O que se faz com essa avaliação? Passamos por diversas compleições, como CAPES e CNPq, com seu olhar diferenciado. Há uma grande diversidade e o número de compleição de vários agentes que agem de forma diferenciada. Há vários fatores que levam a dificuldade de avaliar e criar mecanismos de avaliação. O conjunto de dúvidas da COPPE é semelhante a de outras Instituições. Soluções simples? Criar comissões que possam avaliar com tranquilidade? Como avaliar os trabalhos?

Profa. Angela – lembrou que a COPPE é citada por todos como uma Instituição diferente. Por mais difícil que seja, devemos refletir e levar adiante a nossa geração de conhecimento, de tecnologia, benefícios para a sociedade, e as atividades de impacto político institucional. Todas essas atividades têm que ter peso.

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

Prof. Guilherme – disse que a discussão realça o fato de que a questão da complexidade está associada a de se tentar ter uma única solução para a COPPE. As normas foram definidas num determinado cenário e, ao longo dos anos, foram muitas modificações não capturadas pelas normas. Há, no momento atual, a necessidade de evolução. Ter um conjunto direcionador com diferentes perspectivas pode ser algo que permita capturar a dinâmica e o espírito de vanguarda da COPPE.

Prof. Geraldo – observou que a COPPE é heterogênea. O que se tenta é verificar suas dinâmicas e item de valoração, que são distintos. É problemático fazer a divisão das áreas.

Prof. Bartholo – concorda com todos e isso pode ser um indicativo de que estamos maduros para se tentar algum tipo de proposição diferente. Acha que vários elementos foram levantados dando uma oportunidade para estudos, revendo os componentes. Colocou que, além da pesquisa (P1), o ensino poderia ter a sua avaliação diferenciada.

Prof. Ney – acha que a estamos num momento suficientemente maduro para discutir essa questão. Lembrando que a senioridade para titular tem que ser levada em conta. Qualquer critério de avaliação tem suas insatisfações, mas deve ser levado adiante.

Prof. Figueiredo – observou que não devemos desistir dos nossos padrões. Pondera outra natureza de atuação, que tenha atividades de avaliações alternativas, apreciando novas circunstâncias. Apreciar a qualidade de natureza intelectual.

Prof. Legey – disse que é uma discussão interessante e que agora devemos retomar o tripé do ensino, pesquisa e extensão. O mais difícil é qualificar a interação com a sociedade. Devemos definir o que nós precisamos e queremos. É uma oportunidade de tentar ter uma nova visão, se assim desejarmos.

Prof. Marcelo – observou precisamos consolidar os pontos e caminhar no sentido de apontar um grupo de pessoas para colocar todos esses itens numa proposta ordenada. A coordenação deve estar regulada com a

Impressão Informal da Ata do Conselho Deliberativo da COPPE

Comissão de Ensino e Pesquisa e outros nomes.

Prof. Bartholo – disse que é importante envolver questões mais abrangentes, formando um trabalho em conjunto, que deve ser maturado com calma para trazer uma proposta para ser aprovada por esse Conselho. Sugeriu formar uma Comissão Mista, envolvendo a Comissão de Planejamento e Desenvolvimento, a Comissão de Ensino e Pesquisa, a CAD e o prof. Geraldo Lippel. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o prof. Roberto Bartholo, Presidente do Conselho Deliberativo, deu por encerrada a sessão às 12:30hs.

*Prof. Roberto Bartholo
Presidente do Conselho Deliberativo – COPPE/UFRJ
Denise Schwartz Cupolillo
Secretária do Conselho Deliberativo – COPPE/UFRJ*

*Início: 9:30h
Término: 12:30h*

Ata aprovada em 06/02/2007